

Maia critica nova pauta econômica de Temer

Presidente classifica como 'desrespeito' ao Congresso e 'abuso' as propostas do Planalto

BERNARDO CARAM
G1, BRASÍLIA

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem (20) que a nova pauta econômica apresentada pelo governo Michel Temer é um "equivoco", além de "desrespeito" ao Congresso e um "abuso". Na avaliação de Rodrigo Maia, o Congresso deve pautar aquilo que entende ser "relevante". Na segunda (19), o Palácio do Planalto apresentou uma lista com 15 projetos que passarão a ser prioritários no Congresso como alternativa à proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência. A reforma teve a tramitação suspensa nesta semana. O Artigo 60 da Constituição diz que a Carta não pode ser emendada enquanto estiver em vigor um decreto de intervenção federal, como é o caso do Rio de Janeiro. "A apresentação de ontem [segunda, 19] foi um equívoco, foi desrespeito ao parlamento, já que os projetos já estão aqui e nós vamos pautar aquilo que nós entendermos como relevante, no nosso tempo", afirmou Maia. "Isso é um abuso", acrescentou.

O presidente da Câmara Federal disse ainda que, na visão dele, o governo tem uma "fixação" de dar respostas à população e, por isso, fez um anúncio que não atende à sociedade. "Este anúncio precipitado de ontem, sem um debate mais profundo, eu acho que não colabora e essa não será a pauta da Câmara. O governo não precisa ficar apresentando pautas de projetos que já estão aqui. Isso é um café velho e frio que não atende à sociedade", afirmou. "Nem conheço as 15 [propostas]. Nem li, nem vou ler", disse

Rodrigo Maia.

Questionado sobre a possibilidade de pontos da reforma da Previdência serem alterados por meio de projetos de lei ou de medidas provisórias, Maia disse não concordar. "O governo não tem voto para votar a reforma da Previdência, não dá para ficar criando espuma com a sociedade num tema tão grave como esse. Ou o governo vai apresentar os votos ou eu não vou ficar discutindo, mesmo que por projeto de lei, algo que eu não sei se o governo tem maioria para votar", afirmou.

RODRIGO MAIA comentou lista de projetos apresentada pelo governo como alternativa à reforma da Previdência. Para Maia, Congresso deve pautar aquilo que entende ser relevante.



PTB desiste de indicar Cristiane para ministério

ISADORA PERON, DAIENE CARDOSO E
IGOR GADELHA/O ESTADO DE S. PAULO

O presidente do PTB, Roberto Jefferson, desistiu de indicar a filha, a deputada Cristiane Brasil (RJ), para o Ministério do Trabalho. Agora, o partido vive um novo impasse: quem indicar para o cargo. O principal problema é que a maioria dos atuais deputados pretende disputar a reeleição, o que deixaria o partido com poucas possibilidades de escolha, já que o prazo para desincompatibilização está cada vez mais próximo: 7 de abril. Cristiane vai trabalhar para que o ministro inte-

rino, Helton Yomura, ligado a ela, seja efetivado no cargo, mas essa opção enfrenta resistência dentro da bancada na Câmara. Um dos nomes que ganharam força nas últimas semanas foi o do deputado Jorge Côrte Real (PE). Ele, no entanto, afirmou ao Estado que pretende disputar a reeleição e que não teria como permanecer à frente do ministério apenas por um mês.

Essa é a mesma situação do deputado Alex Canziani (PR), que também está sendo cotado para a vaga, mas não quer abrir mão de disputar a eleição. Sobram, portanto, poucos nomes na bancada que não tenham ambições eleitorais. Um de-

les é o deputado Sérgio Moraes (RS), que ficou conhecido por "se lixar para a opinião pública", o que poderia gerar um novo desgaste para o partido. Outro é o do deputado Josué Bengtson (PA), mas ele também já teria sinalizado que não está muito disposto a assumir o ministério. Além deles, há Pedro Fernandes (MA), que não deve concorrer a nenhum cargo, mas teve o nome vetado pelo ex-presidente José Sarney por questões políticas no Maranhão. Jefferson e Cristiane devem se reunir com o presidente Michel Temer para discutir um novo nome nesta semana. Uma reunião com a bancada da Câmara também deve ser realizada.

Podemos vai se declarar independente na Câmara hoje



TOINHO CAROLINO diz que os integrantes do Podemos vão declarar que serão independentes. "Não vamos mais seguir a orientação da líder de oposição".

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

O resultado da votação que definiu a nova liderança de oposição da Câmara de Vereadores de Salvador causou um racha e enfraqueceu bastante a nova liderança da casa. De acordo com informações recebidas pela Tribuna, os vereadores Carlos Muniz, Sidinho e Toinho Carolino devem anunciar hoje que não reconhecem a liderança da vereadora Marta Rodrigues (PT), por causa de uma suposta "traição" após a articulação na votação do Colégio de Líderes, no início do mês. Segundo os rumores que correm nos bastidores, a bancada do PT na Câmara havia se comprometido a votar no vereador Carlos Muniz para ocupar o posto de 1º vice-líder

da oposição, sendo que os vereadores do Podemos votariam em Marta para líder do bloco. A legenda, inclusive, foi a primeira a anunciar que apoiaria a petista na votação. Apesar disso, somente Moisés Rocha cumpriu o acordo. "Estava tudo acordado", afirmou o Toinho Carolino à Tribuna. "A gente quis dar uma oportunidade a Marta. Foi um pedido, inclusive, do vereador Suíça. Havia sido acordado, inclusive, que o Podemos iria ter o apoio deles na candidatura da próxima liderança. Se eles não honraram agora, vão honrar lá na frente? Nós vamos declarar que seremos independentes. Não vamos mais seguir mais a orientação da líder de oposição".

Muniz foi um dos maiores entusiastas da independência do Podemos – o que enfraquece ainda mais

a já pequena bancada oposicionista. E ainda tem um "plus" nisso tudo: segundo a Tribuna apurou em primeira mão, o vereador José Trindade (PSL) deve migrar também para a legenda. "Nós estamos com as portas abertas, com tapete vermelho, aguardando o vereador Trindade", diz Carolino. Com isso, se o arranjo se confirmar, Marta contará com apenas seis votos oposicionistas.

Procurada pela Tribuna para comentar o caso, Marta preferiu não se pronunciar. José Trindade também não foi encontrado para comentar o caso. Vale lembrar que o PCdoB, que chegou a concorrer indicando Aladilce Souza para o cargo de líder, também não gostou do resultado da votação e teve duras críticas aos petistas.

Projeto Ouvindo Nosso Bairro é apresentado a vereadores de Salvador

Único projeto de lei de autoria do Poder Executivo tramitando na Câmara de Salvador, o PL 355/2017, que oficializa o Programa Ouvindo Nosso Bairro, foi discutido com vereadores, na tarde de ontem (20), após a sessão ordinária. A diretora das Prefeituras-bairro, Ana Paula Matos, apresentou detalhes da proposta aos legisladores. De acordo com a diretora, o Programa Ouvindo Nosso Bairro, criado em 2015, se tornou referência de participação popular para todo o Brasil. Com o objetivo de saber dos moradores quais são as obras que devem ser executadas pela prefeitura na capital baiana, o projeto já contou com a participação de mais de 10 mil moradores de 163 localidades soteropolitanas. "Com a aprovação dessa lei, o Ouvindo Nosso Bairro deixará de ser uma política da Prefeitura e passará a ser um legado permanente para a nossa cidade. Não será de uma gestão ou outra, será definitivamente do povo de Salvador", declarou Ana Paula Matos ao

Foto: Valdemiro Lopes

ANA PAULA MATOS, diretora das prefeituras-bairro, tirou dúvidas dos vereadores sobre a proposta do Executivo



destacar as 1.485 obras realizadas em decorrência do programa.

O presidente da Câmara de Salvador, vereador Leo Prates (DEM), também destacou a importância do projeto para a cidade e detalhou a tramitação da matéria. "Consideramos fundamental essa apresentação da diretora Ana Paula Matos para sanar todas as dúvidas. Além desse encontro, discutiremos essa matéria na Super Terça do dia 27 de fevereiro. A previsão é de que seja votado no dia 7 de março esse projeto que tramita na Casa desde junho de 2017. Acredito que seja tempo suficiente para debatermos", afirmou.

Representando a bancada da oposição, as vereadoras Aladilce Souza (PCdoB) e Marta Rodrigues (PT) destacaram a importância de fortalecer e garantir a participação popular no processo de execução de obras do município. "Instrumentos como um conselho e audiências temáticas são essenciais", ponderou a petista.

Presidente da Câmara de Camaçari defende vereadores e nega corrupção

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

A Câmara de Vereadores de Camaçari reabriu os trabalhos ontem em meio às denúncias de corrupção que envolvem os edis do município. Dos 21 vereadores, 20 foram denunciados pelo Ministério Público da Bahia (MP-Ba). Além disso, o órgão pediu a prisão do vice-presidente da Casa, José Paulo Bezerra (PTB), conhecido como "Zé do Pão". Os legisladores são acusados de associação criminosa e peculato (apropriação de recursos públicos). Em discurso, o presidente da Casa, Oziel Araújo (PSDB), que também está sendo investigado, defendeu os vereadores. "Em nenhum momento foi feito nada de má fé por parte dos vereadores e do presidente desta Casa. É importante registrar também que algumas pessoas têm tentado tirar proveito político dessa situação e, de alguma forma, têm tentado mobilizar a sociedade de Camaçari contra a Câmara de Vereadores".

Confirme já informado, a denúncia foi oferecida pelo promotor de Justiça, Everardo Yunes, que também ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra os vereadores e 18 servidores comissionados do Legislativo municipal. Segundo o MP-Ba, os edis aprovaram em 2017 uma lei que aumentou os seus salários em R\$2.578,45, mas o pagamento dos novos valores foi suspenso por decisão judicial. Por meio de manobra, os integrantes da Câmara exonera-



OZIEL Araújo, que está sendo investigado, defendeu os vereadores

ram servidores comissionados e nomearam no mesmo dia com salários maiores. No discurso, Oziel Araújo afirmou que todos os atos foram executados seguindo a Lei Orgânica do Município: "Em seis anos que acompanho esses vereadores, não posso apontar, independente da bandeira partidária, nada que abone suas condutas, nada que fuja das suas responsabilidades que tenham a cidade de Camaçari. Infelizmente, hoje, em virtude da velocidade da comunicação, se dissemina a informação e nem sempre temos o mesmo espaço para que possamos nos justificar dos nossos atos". Durante a primeira sessão do ano, do lado de dentro do plenário, o público aplaudia os vereadores em apoio. Já do lado de fora, protestos. Sobre as denúncias, o vereador disse que não há provas. "Todas as denúncias apontadas são ilações. Não foram apresentadas provas, a não ser as publicações que eu mesmo como presidente fiz ao Tribunal de Contas do Município".